
DE NORMALISTAS A PROFESSORAS: UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS FEMININAS EM FEIRA DE SANTANA 1950/60

Mayra Paniago Spínola Cardoso
Universidade Estadual de Feira de Santana
mayrapaniago@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos discutir aqui alguns pontos fundamentais para a compreensão do processo de construção do campo de trabalho feminino dentro do magistério primário brasileiro. Ao mesmo tempo, temos também por objetivo relacionar esse processo ao contexto vivido por professoras em Feira de Santana, oriundas da antiga Escola Normal de Feira de Santana, Bahia, marcadamente concluintes do curso Magistério nos anos de 1930 e 1940 e já trabalhadoras definidas profissionalmente nos anos de 1950 e 1960.

Para o desenrolar dessa proposta de discussão, que envolve o entrecruzamento de elementos / conceitos fundamentais para a construção desse conhecimento histórico, dividimos o texto em três momentos distintos e complementares.

No primeiro plano abordaremos, para efeito teórico-metodológico, as contribuições das reflexões sobre a História das Mulheres e nos remeteremos também às discussões sobre o uso da categoria *gênero* para os estudos femininos, tendo em vista que essa discussão possui traços marcadamente apontados para os papéis sociais assumidos por grupos de mulheres numa dada sociedade (Feira de Santana). As primeiras reflexões contam com os escritos da historiadora francesa Michelle Perrot (1995), em especial a importante contribuição trazida por ela para a constituição de mais um campo de estudo da História, que tem sido o caso da História das Mulheres, a partir da publicação, em parceria com Georges Duby e com a colaboração de inúmeras historiadoras, dos cinco volumes da *Historia das Mulheres no Ocidente* (1992). Nas reflexões referentes à utilização da categoria *gênero* para os estudos históricos abordaremos os escritos da historiadora estadunidense Joan Wallach Scott (1990). Iniciar nossas discussões por aqui implica em definir de forma clara e direta o campo de análise deste artigo.

Em seguida estaremos trazendo uma das importantes problemáticas levantadas dentro dos estudos sobre História da Educação brasileira que tem sido o da

compreensão do processo de desmasculinização do magistério primário, ou dito de uma forma mais adequada ao nosso trabalho: o processo de feminização do magistério primário. A necessidade de tratar desse aspecto reside em analisar este tema do ponto de vista da ruptura com a ‘natural’ tendência feminina profissional ao *caress*¹, ou seja, deixar para traz as explicações biologizantes da divisão de trabalho entre os sexos e trazer à tona a construção histórica e social definida dessas atribuições entre os gêneros (VIANNA, 2002). Aqui, contaremos com os estudos de VIANNA, VIDAL, LOURO, DEMARTINI², que tratam dessas questões no Brasil.

Na última parte desse artigo trataremos da constituição do campo de trabalho feminino no magistério primário em Feira de Santana. Para contribuir com nossa argumentação, discutiremos sobre a origem / importância da Escola Normal de Feira de Santana³ para a cidade e para as normalistas. Aqui, os estudos de SEIXAS (2000) e SOUSA (2002), nos darão uma visão definida dos contornos sociais, culturais e políticos que fizeram da Escola Normal uma importante porta de acesso das normalistas ao mercado de trabalho feirense.

2. A HISTÓRIA DAS MULHERES E OS ESTUDOS RELATIVOS AO GÊNERO

A emergência da História Social e da História das Mentalidades contribuiu para a elevação das mulheres à condição de objetos de estudo e sujeitos, resgatando novos olhares sobre a História bem como resultando na produção de um conhecimento histórico fundamentado na ruptura da idéia de uma História masculina e universal (SCOTT, 1984). Assim, as três últimas décadas do século XX trouxeram a emergência de movimentos feministas em todo o Ocidente proporcionando uma resignificação nos estudos históricos. Joan Scott historicizando este processo nos EUA aponta para um movimento simultâneo entre a luta política das mulheres, em especial relativa às questões sufragistas, e a expansão dos estudos acadêmicos a elas referentes. Tal processo não ocorreu de forma muito diversa na Europa, como bem ressalta Michelle Perrot (2005) ao analisar a afirmação da *História das Mulheres* na França. Isso vem demonstrar que a diversificação dos estudos históricos, com a tendência à multiplicidade dos objetos de estudos, bem como a consideração cada vez mais ampla da inserção de novas fontes de estudo, contribuiu para a consolidação de uma vertente

historiográfica preocupada em dar voz àquelas que ficaram, durante séculos, circunscritas ao espaço dos silêncios domésticos.

A partir dos anos de 1970, a *História das Mulheres* foi passando por uma série de transformações em relação à sua afirmação nos meios acadêmicos. No texto de introdução do seu *As mulheres ou os silêncios da história*, PERROT (1998) nos dá um breve levantamento histórico de como esse processo foi ocorrendo nos círculos intelectuais franceses. Entre os anos 30, com os trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch, além das publicações de Ernest Labrousse e Fernand Braudel, até os anos 70, a historiografia francesa se ocupou dos planos econômico e social nas suas análises. Inclusive a mesma historiadora indica que seus primeiros trabalhos estiveram vinculados à questão da história operária. Mas a partir das novas preocupações com o universo feminino – planejamento familiar, campo de trabalho das mulheres, voto feminino, sindicalismo feminino -, de publicações voltadas para as mulheres, círculos de estudos sobre sexo, família, parentesco, os trabalhos voltados ao tema passaram a ter uma importância relativa, mas prioritariamente os estudos historiográficos se mantêm na dimensão masculina universal. Indica PERROT (1995, p 15)

A partir dos anos 70, a *Nouvelle Histoire*, como se costuma designar a terceira geração, se mostrará mais receptiva quanto à presença da dimensão sexuada no interior da evolução histórico-temporal, ainda que espontaneamente não demonstre tal interesse.

A publicação da obra pioneira *Historia das Mulheres no Ocidente* (1992) contou com setenta e dois colaboradores e colaboradoras que escreveram em torno de três mil páginas, distribuídas ao longo de cinco volumes, e foi escrita entre os anos de 1988 a 1990. Apesar do pioneirismo mencionado a publicação suscitou várias críticas. Perguntou-se: é possível escrever **uma** história das mulheres? Tamanha dimensão do objeto em suas mais variadas experiências históricas que acabaram por alcançar problemas referentes ao tempo e espaço abarcado pela publicação. Contudo, pode-se observar que tenha revertido o olhar histórico e instaurado a questão das mulheres e da diferença entre os sexos como algo realmente sério.

Os estudos referentes à história das mulheres trazem também em sua efetivação, questões metodológicas de extrema importância. Conforme aponta SCOTT, tais estudos só podem se constituir completos quando vistos sob a *perspectiva relacional*. Isto quer

dizer que os estudos de gênero (daí inclusive a introdução deste termo dentro dos estudos femininos⁴) passaram a assumir um papel fundamental nas análises sobre as mulheres, visto que “*não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres*” (SCOTT, 1992, p. 87). Apesar de parecer essencial a polaridade masculino / feminino, esta característica merece ser desconstruída na análise de gênero. SCOTT trata inclusive da desconstrução de outros pares de conceitos associados ao primeiro: público / privado; produção / reprodução; cultura / natureza, dentre outros (LOURO, 1996).

Importante também considerar vários outros elementos apontados tanto por SCOTT quanto por PERROT em seus estudos. SCOTT, em *Mulheres trabalhadoras* (In: DUBY e PERROT, 1991) verifica que a visibilidade das mulheres no século XIX passou a ser encarada como um *problema a ser resolvido* porque a sua entrada no espaço público para o trabalho trouxe consigo uma discussão sobre o tipo de trabalho que seria adequado à mulher. Considerando inclusive que, por causa da *naturalização* do trabalho doméstico, as mulheres deveriam trabalhar apenas em certos ofícios, meio período ao dia e durante apenas alguns anos para que isso não influenciasse na sua “*aptidão*” ao casamento.

Vemos, portanto a necessidade de se discutir e fazer um recorte feminino na pesquisa em questão, considerando na perspectiva das relações com o outro sexo na constituição /inserção das normalistas no mercado de trabalho feirense.

Aqui passa a ser de importância fundamental uma discussão sobre a feminização do magistério primário brasileiro e em Feira de Santana, daí então a consideração dos estudos referentes aos sujeitos da Educação.

3. A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO BRASILEIRO: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA.

O que hoje nos parece óbvia constatação da presença maciça de professoras nos espaços escolares, em específico no magistério primário⁵, não o seria no século XIX, onde as salas de aula eram preenchidas por homens, não apenas nos bancos, mas também à frente das salas de aula. Daí uma série de questionamentos são suscitados:

quando e por que o magistério se tornou profissão feminina? Qual o impacto dessa feminização sobre o papel dos professores e das professoras?

Este tem sido um dos grandes temas do qual tem ocupado boa parte dos historiadores da História da Educação, ao mesmo tempo em que também se tem constituído um campo de estudo bem estabelecido. O tema é analisado como *um problema* a ser compreendido em seu processo de estruturação e com *uma característica* da educação de forma geral, visto que a feminização do magistério primário não ocorreu apenas no Brasil, mas em muitos países europeus e nos Estados Unidos.

Importante ressaltar que esse processo deve ser estudado como *relacional*. Isto quer dizer que foi construído na dinâmica dos gêneros apontando então para uma questão central no nosso texto: a desnaturalização dos papéis sociais desempenhados pelos gêneros. Por isso os estudos na área foram em busca dos referenciais teóricos em Joan W. Scott incorporando a análise da categoria *gênero*. Uma das grandes conclusões destes estudos foi perceber a constante relação de dominação homens – mulheres, vistas até então vista como algo natural e imutável. O grande desafio tem sido desnaturalizar essas relações tornando-as historicamente construídas e inserindo-as no campo da cultura e seus significados. Disso tem resultado na compreensão de que a feminização do magistério deve levar em conta as mudanças nos significados de gênero atribuídos ao trabalho docente. Neste caso, não se trata apenas da entrada de mulheres no magistério, mas no processo de ocorrência dos deslocamentos de significados (VIDAL, 2001).

Durante todo o período colonial as escolas brasileiras, sob a tutela dos jesuítas, cuidavam apenas da educação de homens, às mulheres era destinado o ensino de atividades identificadas como naturalmente femininas: bordar, costurar, cozinhar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Aqui, tardio processo ao seu similar europeu, as primeiras escolas voltadas para o sexo feminino são datadas de 1827, não apenas para as estudantes, mas professoras também, visto que as salas de aula não eram mistas.

O início da mudança sexual do acesso efetivo no magistério primário brasileiro ocorreu então, em fins do século XIX com a criação por parte ainda, do governo imperial, de uma chamada Seção Feminina acompanhado pelo registro nas Câmaras Municipais de aprovação de mulheres em exames para o ensino,

vale ressaltar que no final do século passado, algumas correntes de pensamento - que certamente exerceram influência nas medidas educacionais adotadas pelo governo brasileiro - propunham que havia diferenças "naturais" entre homens e mulheres. E que às mulheres, por sua constituição natural, cabia socializar as crianças, como parte de suas funções maternas. Como o ensino primário era entendido como extensão da formação moral e intelectual recebida em casa, foi fácil admitir que a educação das crianças estaria melhor cuidada nas mãos de uma mulher, a professora (SCHAFFRATH, 2009, p. 11).

A partir das décadas de 1920 e 1930, o Censo Demográfico apontava para 72,5% de mulheres no magistério primário (VIANNA, 2002). A cada década vemos um crescimento muito importante da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro e ao aproximarmos das décadas de 1960 e 1970 observamos uma série de fatores colaboraram para esse aumento: empobrecimento da população, aumento do custo de vida, casamentos tardios, queda nas taxas de fecundidade, diminuição dos óbitos maternos durante o parto, modificações culturais⁶. Christina Bruschini (2002) confirma a ocorrência de grande inserção das mulheres no mercado de trabalho em virtude, inclusive do grande impulso ao ingresso delas nas Universidades brasileiras, o que amplia a qualificação profissional.

Importante ressaltar que o processo de industrialização brasileiro ao longo das décadas de 1930 e 1970 resultou em um aumento significativo da empregabilidade masculina neste ramo, o que proporcionou o aumento das mulheres no campo do magistério. Essa consolidação, de acordo com DEMARTINI (1991), acarretou em uma hierarquia salarial: os salários femininos são historicamente vistos como complementares, já que a remuneração masculina é considerada em seu significado sexista, como o salário provedor. Por outro lado também os baixos salários destinados aos professores e professoras ao longo da década de 1930, quando houve a universalização do ensino público e políticas públicas precárias que funcionavam com poucas verbas destinadas à remuneração do professor, trouxeram uma relevante mudança nas condições de trabalho docente. Baixos salários já são registrados na época, o que qualificava a vida da professora como *modesta*. Dessa maneira, apontamos para uma segregação sexual do trabalho na docência (VIANNA, 2002).

Nossa discussão até aqui aponta para um caminho metodológico sem o qual o trabalho torna-se infrutífero: há fortes contribuições do conceito de gênero na análise da feminização da docência. De acordo com VIANNA (2002), existem três desafios ao

optarmos por esta linha metodológica: i. Associar o exercício da docência às polarizações; ii. Construção dos significados femininos ao magistério; iii. A existência de tensões decorrentes das relações de poder que envolvem as relações de gênero na interseção com as relações escolares. Problematizar dessa forma envolve entender que a feminização do magistério não significa apenas constatar a troca de papéis sociais e ocupacionais, mas descortinar as múltiplas implicações histórico-culturais que traçam as redes das relações entre os gêneros.

4. ESCOLA NORMAL DE FEIRA DE SANTANA: A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO FEMININO NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

A Escola Normal de Feira de Santana nasceu da Lei 1846/25, responsável pela reforma de ensino no estado da Bahia, no governo de Francisco Marques de Góes Calmon. O contexto vivido pelo Brasil naquele momento estava marcado pela emergência de forças políticas e sociais com interesses contrários às oligarquias agrárias da denominada República Velha. Passando por um processo de industrialização, era necessário que o ensino público estivesse voltado para se adequar às novas condições socioeconômicas: alfabetizar a população pobre para “*instruir um maior número de crianças, para melhor servir à nação, o que fazia parte do projeto educacional brasileiro*” (SEIXAS, 2004) e

o projeto de construção de uma nação brasileira presente nos discursos dos vários grupos sociais de expressão hegemônica da época, início dos anos 20 de século XX, que representavam a educação como instrumento privilegiado para a implementação de novas práticas, valores e saberes pedagógicos. Projetaram um Brasil pautado na racionalização científica do trabalho, do espaço urbano, da saúde e da educação, através da normatização, disciplinarização, higienização e eugeniação da população pela escola pública estatal, o que permitiria fundar um novo tempo, uma história e uma identidade nacional (SOUSA, 2002, p. 15)

Neste contexto ainda, o ensino primário estava nas mãos de professores leigos e o número de escolas desse nível de instrução era inferior às necessidades da população baiana em idade escolar.

Assim sendo, as Escolas Normais que foram inauguradas no interior do estado – a Feira de Santana e a de Caetité – tiveram inseridas em um *projeto civilizador* que

envolvia o letramento das populações interioranas / sertanejas. A notícia da inauguração é descrita no Jornal Folha do Norte da seguinte maneira:

A Feira culta deixou-se polarizar por intenso júbilo vindo traduzida para a realidade uma de suas lídimas aspirações: o instituto de ensino normal, aparelhamento indispensável à derrama de educadores, de que tanto havendo mister para a alfabetização das populações rurais de que a urbs se veio tornar centro e núcleo de irradiação intelectual... O 1º de junho de 1927 deve se constituir d'ora avante uma data memorável nos anais da vida político-social de Feira de Santana, visto assinalar uma de suas mais dignificadoras conquistas (JORNAL FOLHA DO NORTE, jun 1927).

A inauguração da Escola Normal trouxe consigo a migração de jovens de várias cidades no entorno de Feira de Santana. Os livros de Registro de Matrícula desde o ano de fundação até os últimos cinco anos (quando a matrícula passou a ser informatizada) que estão arquivados hoje no Instituto de Educação Gastão Guimarães nos dão informações precisas sobre a procedência dos novos estudantes / normalistas, oriundas das cidades de: Santa Bárbara, Antonio Cardoso, Santo Estevão, Conceição da Feira, Tanquinho, Pé de Serra, Serrinha, Riachão do Jacuípe, Berimbau, São Gonçalo dos Campos, isto para citar as mais mencionadas. Nos mesmos registros constam-se além da data de nascimento, sexo, filiação e profissão do pai.

Ser professora formada ou estudante da Escola Normal conferia importância e prestígio:

Meu pai quis que eu viesse para Feira estudar na Escola Normal. Tive pavor! Sair da cidade onde nasci para vir morar aqui: uma cidade grande. Tudo muito diferente do que eu já tinha visto. Fui morar na rua de Aurora, em um pensionato muito pequeno. Ia pra casa toda sexta-feira e voltava na segunda ou domingo de tarde. Quando eu chegava em casa todo mundo ia me ver. Era chamada de Professora na rua, toda rua me cumprimentava, padre, médico, senhoras bem mais velhas. Na missa me davam um lugar mais arrumado pra sentar. Eu me sentia uma pessoa importante⁷.

O tom de celebridade nos indica um elemento fundamental na profissão da professora que seria o status e o prestígio de estar em um campo de trabalho apropriado ao progresso da cidade naquele momento.

Entretanto, no transcorrer das décadas de 1950 e 60, em virtude do processo de industrialização em Feira de Santana, dos baixos salários destinados ao trabalho docente, houve paulatinamente uma migração da mão-de-obra masculina das salas de

aula para outros ramos de serviços. Os registros de abertura de postos de trabalho encontrados nos arquivos do Centro Industrial de Subaé indicam essa situação, ao mesmo tempo o número de homens matriculados na Escola Normal nas décadas referidas também sofre um decréscimo, conforme apontam os dados dos livros de Registros de Matrículas da época. Outra informação importante para nossa discussão é

Sou professora aposentada há mais de dez anos e durante meus tempos de trabalho me vi em situações muito difíceis. Meu salário era muito baixo, tinha que dar aulas particulares para o curso de admissão. Não é da sua época, mas era um curso que a gente dava pra aqueles meninos que eram fraquinhos e que precisava entrar na escola na quinta série. Dava aula em casa de manhã, fazia comida correndo porque os alunos chegavam pra aula. Ia pra escola de tarde. Meu marido, que é falecido fazia uns mascates na feira. No fim de semana eu acompanhava ele vendendo roupa em feira aqui por perto da cidade. Até produto de revista eu já vendi. Pensa que é fácil viver de salário de professora? Não me lembro de nenhuma época que o salário da gente era bom⁸.

O depoimento traz fortes revelações dos desdobramentos dos turnos de trabalho da professora e em especial do preenchimento do seu tempo com as atribuições designadas ao trabalho feminino: dar aulas e cozinhar! Trabalhar na feira e ajudar / complementar o salário do marido.

Aqui percebemos a importância das *histórias de vida*. Que, além dos documentos da burocracia escolar que estão disponíveis ao alcance do pesquisador, como os livros de Registro de Diplomas, livros de Ata de finalização de ano letivo, os livros de termos de posse de professores, constituem documentos de fundamental importância para os estudos sobre a História da Educação em Feira de Santana.

O andamento desta pesquisa, portanto depende de sobremaneira de fontes orais. O que se espera das memórias das antigas professoras, suas histórias de vida, seus diários, suas leituras, é a revelação de um rol de representações sobre o campo de trabalho dessas mulheres. Suas lutas diárias, os movimentos grevistas participados, os concursos públicos prestados, os embates familiares e conjugais serão conhecidos e compreendidos como parte da atuação desses sujeitos pouco ouvidos e que nos legaram, a partir do conhecimento de suas experiências as condições que vivenciamos hoje.

¹ Termo traduzido literalmente do inglês para designar *cuidado*. Ver o clássico artigo de DEMARTINI, Zélia (2002).

² Ver referências completas de todas as obras em destaque no final do artigo.

³ A Escola Normal de Feira de Santana foi criada em 1926 e inaugurada em junho de 1927, por um decreto assinado pelo então governador Francisco Marques de Góes Calmon e é parte da política educacional de Anísio Teixeira, na época, Diretor Geral de Instrução Pública na Bahia cumprindo o artigo 119, Lei estadual 1846/25. Em 1935 passou a ser denominada *Escola Normal Rural*, por uma determinação do Ministério da Educação e Saúde do governo do presidente Getúlio Vargas e, em 1949 a *Escola* teve seu nome alterado para *Escola Normal e Ginásio Estadual de Feira de Santana*. No ano de 1958 outra alteração: *Escola Normal e Colégio Estadual de Feira de Santana* e, finalmente em 1962 recebe o nome que conhecemos até hoje por *Instituto de Educação Gastão Guimarães*.

⁴ O uso do termo *gênero* aparece nos EUA em seu “sentido social das distinções fundadas sobre o sexo”. Utilizado também para indicar rejeição ao determinismo biológico. Daí passou-se a usar o termo para uma definição em termos recíprocos, pois não há compreensão dos papéis desempenhados por um sexo sem o outro.

⁵ Atualmente o termo *magistério primário* foi substituído por *docência nas séries iniciais*. Tal alteração foi promovida pela nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/96.

⁶ Consideramos aqui também o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, o que amplia a inserção formal e informal de mulheres no mercado de trabalho. Acrescenta-se aqui o aumento da escolarização feminina e a ampliação da participação na política.

⁷ Entrevista a mim concedida por uma depoente que foi normalista nos anos de 1955-1957.

⁸ Entrevista concedida a mim por uma professora formada pela Escola Normal nos anos 50, em agosto de 2009.

REFERÊNCIAS:

BURKE, Peter (org). *A escrita da história; novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1991.

BRUSCHINI, Christina; AMADO, Tina. “*Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério*”. São Paulo: Cadernos de Pesquisa (64): 4 -13, fev 1988.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza e SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco. 2002

CRUZ, Antônio Roberto Seixas da. *Mestras do sertão, reconstruindo caminhos percorridos*. Dissertação de Mestrado – UFBA: Salvador, 2000.

DEMARTINI, Zélia. *Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina*. Reeditado em CAMPOS, M^a Christina (org). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco. 2002.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org). *História das mulheres no ocidente*. São Paulo: Edições Afrontamento, 1991, v. IV e V.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira. *Nas redes do conceito de gênero*. In: LOPES, Marta Júlia Marques (et. al.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. *Os excluídos; operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. In: Cadernos Pagu: Fazendo História das Mulheres. Campinas (4) 1995, p. 9-28.

-
- SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. “*PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO FEMININO: uma história de emancipação e preconceitos*”. Disponível em: www.portalanped.com.br. Acesso em 28 jul 2009.
- SCOTT, Joan. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história; novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. A mulher trabalhadora. In: PERROT e DUBY. *História das Mulheres no Ocidente*. Volume 4.
- _____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade, v. 16, nº 2, jul / dez, 1990, p. 5-22.
- SOUSA, Ione Celeste de. *Garotas tricolores, deusas fardadas; as normalistas em Feira de Santana, 1925 – 1945*. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2001.
- VIANNA, Cláudia. *Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil*. In: CAMPOS, M^a Christina (org). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco. 2002.
- VIDAL, Diana. *Mulheres e Magistério primário: Tensões, Ambigüidades e Deslocamentos*. In: HILSDORF, Maria Lucia & VIDAL, Diana (orgs). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP; 2001.